

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31-12-2017 e 2016

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Constituição, objeto social e contexto operacional  
A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, foi instituída pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio da Lei 5.918, em 18-10-1960, com personalidade jurídica de direito privado, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, tendo por finalidade o amparo à pesquisa científica e tecnológica no Estado de São Paulo.

Os recursos da Fundação são:  
- Destinação mínima de 1% da receita tributária do Estado de São Paulo, como renda de sua privativa administração, para aplicação em desenvolvimento científico e tecnológico (artigo 271, § único da Constituição do Estado de São Paulo de 1989);  
- Rendas de seu patrimônio, saldos de exercícios, doações, legados, transferências intergovernamentais e direitos sobre patentes resultantes de pesquisas feitas com seu auxílio e demais receitas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações e práticas contábeis

2.1. Critérios de elaboração  
Elaborado em observância aos seguintes dispositivos normativos:

- Lei complementar 101, de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

- Lei 4.320, de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços das três esferas de governo;

- Disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial à Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBCTSP- Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, de 23-09-2016, Portaria Conjunta STN/SOF 2 e Portaria STN 840, ambas de 21 e 22-12-2016 (7ª Edição do MCASP);

- As demonstrações contábeis são compostas pelo balanço patrimonial, demonstrações das variações patrimoniais, balanço orçamentário, balanço financeiro e a demonstração dos fluxos de caixa;

- A análise das demonstrações contábeis tem o objetivo de fornecer informações úteis aos usuários internos e externos para tomada de decisão, inclusive indicadores de posição financeira, liquidez, endividamento, execução orçamentária e de variações patrimoniais da Fundação. A conclusão destas demonstrações contábeis e a sua divulgação pela Administração da Fapesp, ocorreu em 23-02-2018.

2.2 - Demonstrativos Contábeis  
Apresentamos o Balanço Orçamentário, Financeiro, as Demonstrações das Variações Patrimoniais, Balanço Patrimonial e a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.2.1 Balanço orçamentário  
O Balanço Orçamentário foi elaborado de acordo com as orientações contidas na Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários e Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, aprovada pela Portaria

Apresentamos quadro demonstrativo abaixo:

Componentes	Valores (em reais)
<b>Total do orçamento autorizado</b>	<b>1.427.823.477</b>
<b>5% do orçamento autorizado</b>	<b>71.391.173</b>
<b>(=) Limite de Gasto Orçamentário Autorizado</b>	<b>71.391.173</b>
<b>Despesa de Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>49.880.057</b>
<b>(+) Outras Despesas Correntes</b>	<b>22.476.843</b>
<b>(-) Programa de Desligamento Voluntário - PDV</b>	<b>(1.075.831)</b>
<b>(=) Total de Gasto Orçamentário Realizado</b>	<b>71.281.069</b>
<b>Limite de Gasto Orçamentário Autorizado (5%)</b>	<b>71.391.173</b>
<b>(-) Total de Gasto Orçamentário Realizado (4,9923%)</b>	<b>71.281.069</b>
<b>(=) Economia Orçamentária (Margem disponível)</b>	<b>110.104</b>

c) Dos Anexos 1 e 2 de Execução dos Restos a Pagar  
São destacadas ainda, a apresentação dos Anexos 1 e 2 que são os demonstrativos de execução dos restos a pagar não processados e os processados referentes aos exercícios findos em 2016 e 2015 com as respectivas execuções no período de 2017. Os restos a pagar processados no valor de R\$ 43.540 mil foi totalmente pago (Anexo 2) e, os restos a pagar não processados de 2015, no valor de R\$ 38.024 mil, foi reinscrito em 2017.

d) Plano de Implantação de Verbas de Amparo como Investimentos

Em meados de 2015, a Secretaria de Planejamento e Gestão, a pedido da Fapesp, cria a natureza de despesa de capital com auxílio financeiro a pesquisadores para aquisição de bens permanentes (4.4.90.20).

A Fapesp, por meio da Portaria PR 18/2016, introduziu nova sistemática para identificar as aquisições de bens permanentes pelos pesquisadores, criando um CNPJ próprio para uso exclusivo. Em convênio com a SEFAZ/SP, é disponibilizado via webser-

Abaixo quadro demonstrativo:

Rec. de Aluguéis	4	1.500.000	--	1.540.000	3.040.000
Rec. Aplicações Financeira	4	978.910	--	54.748.662	55.727.572
Rec. Aplicações Financeiras	5			14.506.121	14.506.121
Rec. Transf Governo Federal	5	184.328.766	119.828.766	24.835.690.	83.335.690
Rec. de Restituições	4	4.057.432	--	3.459.075	7.516.507
Receitas Diversas	4	9.593.428	--	4.535.173	14.128.601
Rec.de Alienação de Imóveis	4	4.821.179	--	354.854	5.176.034
Rec.de Vda Out Bens Patr	4		278.062		
Alienação de Títulos Mobiliários	4	354.854	--	129.959.471	129.681.409
		<b>205.634.569</b>	<b>120.106.828</b>	<b>233.939.046</b>	<b>313.111.934</b>

(\*) Identificação da fonte do recurso – 4 = recursos próprios da Fundação 5 = recursos do Governo Federal.

2.2.2 Balanço financeiro

Demonstra a receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes dos exercícios anteriores e os que se transferem para o exercício seguinte (base: artigo 103, da Lei 4.320/64 e práticas elencadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP).

a) Dos Restos a Pagar Processados e não Processados  
A diferença entre a despesa realizada e a despesa paga do exercício no valor de R\$ 55.767 mil, inscritos em restos a pagar processados. Como restos a pagar não processados o valor de R\$ 120.000 mil.

STN 840, de 21-12-2016; e com a Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, emitida pela Secretária do Tesouro Nacional – STN, em 19-06-2015.

- O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e fonte de recursos, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

- Demonstra também as despesas por categoria econômica, fonte de recursos e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

- No valor da despesa orçamentária empenhada está embutido os restos a pagar não processados do exercício. A diferença entre a despesa realizada e a paga encontramos os restos a pagar processados.

- No balanço orçamentário, atendendo à composição especificada nas Instruções e Procedimentos Contábeis 07, a coluna despesa liquidada trata tão somente a despesa efetivamente liquidada no exercício.

- Os restos a pagar não processados foram inscritos de acordo com a capacidade financeira necessária a sua efetiva cobertura. Não houve, no período, receitas e despesas intraorçamentárias.

A Fundação utilizou, ainda, recursos provenientes de créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação no valor de R\$ 83.500 mil e R\$ 120.000 mil proveniente de redução orçamentária na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, conforme Decreto 63.076, de 21-12-2017, totalizando em R\$ 203.500 mil.

Componentes	Valores (em reais)
<b>Receita Realizada</b>	<b>313.111.934</b>
<b>(-) Despesa Empenhada</b>	<b>1.385.806.234</b>
<b>(=) Resultado Orçamentário</b>	<b>(1.072.694.300)</b>

O déficit verificado na execução orçamentária no valor de R\$ 1.072.694 mil, deve-se ao fato que o repasse obrigatório, por determinação constitucional (artigo 271, da Constituição do Estado de São Paulo de 1989) não ser considerado como receita orçamentária, para não haver duplicação da receita conforme preceitua a Lei Complementar 101/2000. A alocação dos recursos do Tesouro do Governo do Estado, consignados na Lei do Orçamento estão somente na despesa orçamentária gerando o desequilíbrio, não representando irregularidade (Portaria 339/2001 – MF/STN e § 1º do artigo 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal).

As transferências recebidas do Tesouro do Governo do Estado no valor de R\$ 1.111.410 mil, foram para cobertura da alocação direta da dotação estabelecida na Lei do Orçamento de 2017 e, o registro contábil foi efetuado em conta específica de resultado, que representa as variações ativas financeiras.

b) Dos limites de Gastos Correntes Realizados  
Por força da lei de criação da Fapesp 5.918/1960, em seu artigo 17, dispõe que, não poderá ultrapassar de 5% do orçamento, as despesas administrativas, inclusive despesas com pessoal.

vice on-line todas as notas fiscais eletrônicas (NF-e) de compras efetuadas no território nacional. É feito um filtro levando em consideração a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), segregando os bens permanentes e custo de aquisição do bem adquirido igual ou superior a R\$ 1.2 mil (Lei 12.973/2014).

- A execução orçamentária e financeira no presente exercício foi da ordem de R\$ 79.389 mil.

- A partir do exercício de 2018 evidenciaremos as aquisições provenientes das importações, que são valores significativos e, dessa forma, informar a sociedade dos progressos alcançados.

e) Do diferimento da receita realizada – recursos próprios  
A Fapesp processou o diferimento da receita do exercício, confirmado e efetivado pela Secretária da Fazenda, de acordo com o disposto no artigo 14 do Decreto 62.936/2017, que estabelece normas relativas ao encerramento da execução orçamentária e financeira no valor de R\$ 278 mil sobre a receita de alienação de títulos.

b) Do Resultado Financeiro

A apresentação do balanço financeiro demonstra tanto a receita como a despesa orçamentária por destinação de recursos e não mais por função e grupo de despesa, mudança essa preconizada na Norma Brasileira de Contabilidade (CFC) – NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23-09-2016. Utilizamos o conceito de receita orçamentária ordinária para as receitas próprias e as decorrentes das transferências financeiras do Governo do Estado de São Paulo para atender às despesas realizadas na fonte de recursos do Tesouro, possuindo características de alocação livre entre a origem e aplicação de recursos e, dessa forma, atenderem a quaisquer finalidades; como vinculada, as transferências do Governo Federal em forma de convênios.

No exercício de 2017 o repasse financeiro do Governo do Estado foi da ordem de R\$ 1.111.410 mil, para cobertura das despesas executadas na fonte tesouro.

Nos recebimentos extraorçamentários estão evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, tais como, consignações em folha, cauções, e atendendo o disposto no § único do artigo 103 da Lei 4.320/64, estão computados os restos a pagar do exercício na receita extraorçamentária.

Nos pagamentos extraorçamentários estão demonstrados aqueles que não precisaram se submeter ao processo de execução orçamentária, tais como, devolução de depósitos e cauções, recolhimentos de tributos e consignações e os restos a pagar inscritos em exercício (s) anterior(es) e pagos no exercício e os valores das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro.

O resultado financeiro foi da ordem de R\$ 86.166 mil positivo, portanto, um encaixe na ordem de 12,03% em relação ao exercício de 2016.

Quadro demonstrativo

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em Reais)		
<b>AUMENTATIVAS</b>	<b>1.370.341.362,88</b>	<b>1.220.245.130,04</b>
<b>DIMINUTIVAS</b>	<b>1.158.067.324,95</b>	<b>1.217.477.050,78</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>212.274.037,93</b>	<b>2.768.079,26</b>

Fatores relevantes que mais impactaram o resultado econômico:

- Redução em R\$ 42.967 mil dos Convênios com o Governo Federal.

- Redução em R\$ 15.080 mil com remuneração de aplicações financeiras,

- Redução de gastos com a concessão de bolsas e auxílios à pesquisa em R\$ 78.763 mil em relação a 2016,

- Aumento nominal em R\$ 53.695 mil do repasse financeiro pelo Governo do Estado em relação a 2016,

- Como reversão de convênios o reconhecimento por competência de exercício dos Convênios no valor de R\$ 32.100 mil,

- Como incorporações de aplicações e aportes de recursos de convênios no exercício no valor de R\$ 11.706 mil,

- Incorporação de Bens de Pesquisa em poder de terceiros (setor privado) no valor de R\$ 122.877 mil e,

- Aumento de despesas de pessoal, encargos sociais e do crescimento vegetativo da folha de pagamento; de indenizações do Programa de Desligamento Voluntário no valor total de R\$ 19.757 mil.

2.2.4 Balanço patrimonial

A Fapesp vem, gradualmente, introduzindo práticas contábeis convergentes com as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (7ª Edição), a NBCTSP – Estrutura Conceitual, de 23-09-2016, e as Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 00 a 11 (Editados pela STN).

Apresentamos ainda, o Balanço Patrimonial de forma sintética para atender o artigo 105 da Lei 4.320/64, conferindo viés orçamentário, contemplando os grupos de contas do ativo e passivo financeiro, ativo e passivo não financeiro e saldo patrimonial e o demonstrativo do superávit financeiro.

Os impactos relevantes foram:

- Incorporação de Direitos decorrentes dos Termos de Cessão de Uso e reconhecimento dos Recursos de Convênios como exigibilidade.

2.2.5 Do Superávit Financeiro

Evidenciação do excesso de recursos financeiros no montante de R\$ 459.295 mil que poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais conforme preceitua o inciso I, § 1º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, constante do Balanço Patrimonial nos ativos e passivos financeiros do exercício anterior.

2.2.6 Demonstração dos fluxos de caixa

Como mudança e com o objetivo de contribuir para a transparência da gestão da Fapesp para os usuários da informação contábil, foram elaboradas o referido demonstrativo:

- Pelo método direto (caixa) considerado ideal para o setor público, com base nos dados fornecidos pela gerência financeira, destacando o fluxo líquido das atividades operacionais, representado pelas receitas originárias (fonte 4 – Recursos próprios e fonte 5 – Recursos vinculados do Governo Federal) e das transferências financeiras do Governo do Estado (Fonte 1 – Tesouro), para a correspondente cobertura dos desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

- Os desembolsos estão evidenciados por função, de acordo com a Portaria 42/99 (Federal), em especial a funcional 19 – Ciência e Tecnologia.

- A evidenciação dos fluxos de caixa nos permite ter uma visão geral da situação das finanças da Fundação, possibilitando efetuar comparações entre ingressos e desembolsos por tipos de atividades (operacionais, de investimento e de financiamento) e avaliar as decisões de investimento e a situação presente e futura do caixa.

Demonstração das Variações Patrimoniais (Em reais):

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
<b>AUMENTATIVAS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Reversão de Recursos de Convênios	1.370.341.362,88	1.220.245.130,04
	32.100.705,70	-

DIMINUTIVAS		
<b>AUMENTATIVAS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Ajustes de Recursos de Convênios	1.158.067.324,95	1.217.477.050,78
	11.706.340,34	-

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

São apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Fapesp, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP e os créditos e as obrigações estão a valores históricos até a data do fechamento do balanço.

3.1.Caixa e equivalentes de caixa

ATIVO		
<b>Bancos Conta Movimento</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Aplicações Financeiras - Recursos Próprios	263.407,99	448.656,46
Aplicações Financeiras - Recursos Vinculados	507.504.913,11	402.073.525,58
Investimentos e Aplicações Financeiras Temporárias	170.692.441,51	190.485.043,43
	130.672.864,90	129.959.471,39
<b>TOTAL</b>	<b>809.133.627,51</b>	<b>722.966.696,86</b>

3.2.Créditos no circulante

a) Adiantamento salarial  
O valor de R\$ 4 mil refere-se ao adiantamento a funcionários afastados por motivo de doença. A Fapesp está no aguardo da recuperação das verbas junto a seguridade social para a devida regularização.

b) Adiantamento de férias  
Formado pelo valor de R\$ 1.791 mil, cujo valor foi pago no exercício de 2017 que serão baixados quando da contabilização da folha de pagamento no exercício subsequente.

c) Cauções Depositadas  
Refere-se aos depósitos caucionados em garantia de contratos com terceiros no valor de R\$ 94 mil em 31-12-2017.

2.2.3 - Demonstrações das variações patrimoniais

A apresentação do demonstrativo ressalta como medidor do quanto o serviço ofertado exigiu de alterações quantitativas e qualitativas dos elementos patrimoniais.

Estão evidenciadas as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, com base no regime de competência, indicando o resultado patrimonial do exercício. O resultado foi apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. Como as variações patrimoniais qualitativas são decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio, apresentamos de forma separada.

Imputamos como variações qualitativas as despesas de capital, com a aplicação em investimentos e inversões financeiras no valor de R\$ 134.857 mil.

a) DO RESULTADO ECONÔMICO  
O resultado patrimonial do exercício findo em 31-12-2017 apresenta superávit econômico de R\$ 212.274 mil.

a) Atividades operacionais  
O aumento da geração de caixa líquida das atividades operacionais em 2017, no valor de R\$ 86.641 mil, foi influenciado pelos seguintes fatores:

- Redução dos desembolsos com Bolsistas no país e exterior em R\$ 78.763 mil,

- Aumento nominal das Transferências Financeiras do Governo do Estado em R\$ 53.690 mil, e

- Redução das Transferências de Convênios com o Governo Federal em R\$ 42.967 mil.

b) Atividades de investimentos  
A geração de caixa líquida das atividades de investimentos em 2017 descreve os recursos destinados à geração de futuros benefícios à Fundação, por meio da entrada e saída de bens permanentes.

- Houve uma redução de R\$ 474 mil, por pagamentos de aquisição de bens permanentes.

2.2.7 Da comparabilidade de períodos  
A Fapesp está apresentando a comparabilidade dos seguintes demonstrativos:

Balanço financeiro, balanço patrimonial, demonstração das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa com o exercício anterior. Apresenta também, para análise, as variações do comportamento estático (vertical) e ao longo do tempo (horizontal) das demonstrações contábeis, com exceção dos balanços orçamentário e financeiro.

Fortaleceu, ainda, a credibilidade das informações contábeis e financeiras, facilitou o acompanhamento e comparação da situação econômica, financeira e patrimonial, mostrando com clareza o desempenho da Fundação, mantendo, enfim, um fluxo de informações de qualidade. Possibilita ainda a comparação com outras Entidades semelhantes.

2.2.8 Da Mudança de Critério Contábil – Recursos de Convênios

Os convênios não constituem modalidade de contrato, definido como forma de ajuste entre o Poder Público e Entidades Públicas ou Privadas para a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração (Lei 8666/93, art. 116 e parágrafos e Decreto Federal 6.170/2007).

Com o resgate da essência contábil, alinhado ao Manual de contabilidade aplicada ao Setor Público – 7ª versão (Portaria STN 840, de 21-12-2016, aplicável a partir do exercício de 2017) e convergência às normas internacionais de contabilidade, passamos a registrar as operações que envolvem os convênios e dos impactos no patrimônio público, sem descuidarmos dos registros orçamentários.

A partir de 2017 modificamos a rotina contábil da seguinte forma:

- Passamos a reconhecer primeiramente que se trata de numerários de terceiros em nosso poder,

- Os lançamentos foram efetuados na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores com base no saldo de convênios do exercício findo em 31-12-2016, no valor de R\$ 190.485 mil impactando de forma negativa o Patrimônio Social em razão do reconhecimento de recursos de terceiros como receita patrimonial, quando o correto seria a apropriação da receita quando há concomitante despesa.

- Com base no regime de competência de exercício em 2017, foram lançados em conta de resultado como Variação Patrimonial Ativa - VPA o valor de R\$ 32.100 mil como reversão da conta de Recursos de Convênio e como Variação Patrimonial Diminutiva – VPD as incorporações decorrentes de ajustes de rendimentos de aplicação financeira no valor de R\$ 11.706 mil.

Os itens Caixa e Equivalentes de Caixa correspondem aos depósitos bancários de livre movimentação, as aplicações financeiras e valores mobiliários resgatáveis, com o objetivo de compensar perdas inflacionárias e atender as necessidades imediatas da Fapesp. No montante de R\$ 809.133 mil, os recursos vinculados são de R\$ 170.692 mil e os recursos próprios no valor de R\$ 638.441 mil.

d) Almoxarifado

Corresponde aos bens de consumo existentes no final do exercício conforme inventário. A avaliação é feita pelo preço médio ponderado das compras, obedecendo ao artigo 106, inciso III, da Lei 4.320/64. O valor existente em 31-12-2017 é de R\$ 767 mil.

e) Prêmios de seguros antecipados  
Valor dos seguros pagos, mas não incorridos, que beneficiarão o exercício seguinte, cujo saldo em 31-12-2017 é de R\$ 1 mil.

f) Assinaturas de revistas e jornais  
Refere-se as assinaturas de revistas e periódicos pagas em 2017 que contribuirão no exercício subsequente no valor de R\$ 12 mil.